

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002478-56.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Cecília Regina Castellen**
 Requerido: **Agata Fernanda de Souza**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

CECÍLIA REGINA CASTELLEN ajuizou a presente **AÇÃO DE DESPEJO não cumulada com cobrança** em face de **ÁGATA FERNANDA DE SOUZA**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o autor, em síntese, que locou à requerida imóvel de sua propriedade e esta se encontra inadimplente desde 15/11/15, motivo pelo qual ajuizou a presente ação.

A inicial veio instruída com documentos.

A requerida compareceu aos autos confessando o débito e apresentando proposta de acordo, não aceito pela autora (cf. fs. 26).

Pelo despacho de fls. 30 foi deferido o prazo de 10 dias para a purgação da mora, mas a requerida preferiu o silêncio (cf. fls. 36)

É o relatório.

DECIDO.

1002478-56.2016.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Trata-se de pedido de despejo puro e simples.

A requerida confessou estar em débito; veio aos autos formulando proposta de acordo, não aceita pela requerente.

É o que basta para a solução desta LIDE.

Assim, ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, para rescindir o contrato de locação, nos termos do art. 9º, III, da Lei 8.245/91, e **DECRETAR O DESPEJO** de **ÁGATA FERNANDA DE SOUZA**, assinalando-lhe, para voluntária desocupação, o prazo de **QUINZE (15) DIAS**, nos termos do art. 63, parágrafo 1º, "b", da Lei acima referida.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios já fixados à fls. 30.

P.R.I.

São Carlos, 25 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**